

# ARGUMENTAÇÃO, LINGUAGEM E HISTÓRIA: SENTIDOS À CARTA TESTAMENTO DE VARGAS<sup>1</sup>

Danilo Ricardo de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** *Este artigo apresenta uma análise do texto A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, da perspectiva enunciativa da Semântica do Acontecimento. Trata, especialmente, do modo pelo qual sua argumentação se constitui a partir da cisão do Locutor e, muito particularmente, do Alocutário. Analisa, ainda, os sentidos da palavra ‘povo’, dando visibilidade à sua inscrição na memória histórica.*

**ABSTRACT:** *Based on the enunciative perspective of the Semântica do Acontecimento (Semantics of the Utterance Event), this article brings an analysis of Brazilian former President Getúlio Vargas’s testament-letter. It shows specifically the way argumentation is organized by the scission of the ‘Addresser’ and, particularly of the ‘Addressee’. The word ‘people’ is also analyzed, in its inscription in historical memory.*

## Introdução

Propomo-nos, neste artigo, a um trabalho de análise de texto com base em procedimentos próprios da semântica do acontecimento<sup>3</sup>. Tomando especificamente *A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas* como objeto de análise, procuraremos compreender fatos de linguagem – especialmente a argumentação – que nos levem a conclusões que, se não apagam nosso gesto interpretativo – ou justamente porque não o apagam –, reabrem para a discussão a importância da análise de texto enquanto “prática fundamental para pensar aspectos da história, e da vida atual, do conhecimento em geral” (Guimarães, 2011, p.12).

23 de agosto de 1954: uma data, um ponto na história. Por si só, não há o que determine, nesta datação, qualquer sentido: ela faz sentido a olhos interessados de quem vê nela um evento que a faça significar, a olhos que a tomam como intervalo suficiente, como ponto espesso o bastante para merecer uma atenção histórica. A História não é, aqui, uma sequência de datas com os eventos que elas encerram; é, antes,

múltipla: histórias só integram História enquanto significadas, enquanto tomadas por um gesto simbólico de linguagem que antes dá sentido aos eventos e, assim, recorta diferentemente as datações. História: efeito de interpretações<sup>4</sup>.

Tentamos desfazer, pois, de antemão, qualquer ideia de um sentido primeiro que não advenha de uma relação com a linguagem e com sujeitos. Mesmo um evento temporalmente marcado, como o que tomamos para análise, produzirá, seguramente, sentidos distintos segundo o recorte<sup>5</sup> interessado: ora determiná-la no quadro dos estudos da história política do Brasil, ora inscrevê-lo na temporalidade instituída pelos estudos sobre a política industrial ocidental. Ainda que se possa notar alguma intersecção entre os efeitos desses recortes, ela não será senão efeito de outro recorte, de outro desvio. A natureza de qualquer evento ou objeto está sempre tomada, constituída, pela motivação e pelo método de quem se debruça sobre ele enquanto objeto de análise.

Como objeto de análise linguística, particularmente tomado sob o interesse pelo estudo da significação, mas também sensível ao interesse histórico, *A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas* pode permitir uma melhor compreensão do evento que, embora possa ser delimitado historicamente pela datação, tem efeitos outros pelo texto que o precede: reflexo da futuridade própria do acontecimento de linguagem, como procuraremos demonstrar. Nosso lugar não é isento de interesse e, tampouco, de um horizonte de olhares possíveis, o que implica dizer que nossa análise não é, por um lado, senão uma interpretação, limitada por interesses e pelo método de que lançamos mão, e, por outro, não é única e, tampouco, exaustiva.

## **1. A carta testamento: argumentação, sentido e procedimentos semânticos**

### ***1.1 Argumentação e Cena Enunciativa***

O primeiro aspecto que nos chama atenção no contato com *A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas* é a unidade construída mesmo sob uma coexistência de “destinatários”. Há, como poderemos perceber, uma partição no texto que delimita destinatários diferentes, pela construção de cenas enunciativas distintas.

Dissemos cena enunciativa: referimo-nos à configuração do espaço imaginário onde se distribuem, no acontecimento, os lugares de enunciação. Trata-se, antes, de um espaço político, marcado, de um lado, pela língua que determina o acontecimento e, por outro, pelas formas e possibilidades de enunciar. De um lado, pois, a cena enunciativa se constrói sob um espaço de enunciação que constitui o indivíduo enquanto falante<sup>6</sup>, enquanto determinado pela língua. São os espaços de enunciação

que, à medida que representam a distribuição das línguas, determinam, de antemão, possibilidades e contingências do dizer:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais (Guimarães, 2002 [2005, p. 18]).

Esta mesma cena enunciativa, de outro lado, distribui, ainda politicamente, os lugares de enunciação. Há sempre aquele que diz, aquele que se apresenta como a origem do dizer; porém, esse acesso à palavras só ocorre de um lugar social que também determina os meios e as formas desse acesso: respectivamente, há um Locutor, mas que diz sempre de uma posição social  $x$ , enquanto *locutor-x*. Nesse acesso à palavra há, ainda, o encobrimento desse lugar social, inclusive para sustentar o Locutor enquanto “lugar que se representa no próprio dizer como sua fonte” (Guimarães, 2011, p.22); encobrimento que se dá enquanto lugar de dizer, enquanto enunciador (universal, individual, genérico)<sup>7</sup>.

Mas há, também, aquele para quem se diz, a contraparte do Locutor, também agenciado em lugar social, no acontecimento da enunciação: tratamos, então, de Alocutário, predicado por sua condição  $y$  enquanto *alocutário-y*.

São, pois, o Locutor – tomado por um lugar social e por um lugar de dizer – e o Alocutário – também tomado por seu lugar social determinado pelo acontecimento – que constituem a cena enunciativa. No texto que tomamos para análise, podemos observar uma frequente reiteração do *eu* que se representa fonte do dizer: “se desencadeiam sobre *min*”, “Não *me* acusam”, “sufocar a *minha* voz”, “Sigo o destino”, “Tive de renunciar” etc. Há, pois, um Locutor que, grosso modo, determina certa unidade do texto. Esse Locutor, ainda que pudéssemos lhe determinar seu lugar social enquanto presidente, não se diz presidente. Digamos, aliás, que não se diz presidente porque, possivelmente, esse Locutor não está afetado só (ou principalmente) por essa posição de presidente, mas por uma posição que sua condição de presidente lhe permite reivindicar: é, antes, o relato pessoal de vitórias, as comparações que estabelece nesse relato e sua própria referência à História que o agenciam enquanto mártir (de um povo). É como representante do povo que o Locutor é

afetado em primeiro lugar; mas esse lugar, porque determinado, então, pelo populismo, é então estreitado ao lugar de quem, pelo povo, só pode ser mártir. Estranho lugar social de onde falar, mas lugar que funciona por projetar, no texto, sua própria futuridade: “... saio da vida para entrar na História”; funciona, sobretudo, por projetar também um futuro possível entre as formas por que a História possa tomar Getúlio Vargas.

Podemos afirmar que a história concede ao Locutor um lugar onde se sustentar, a possibilidade de argumentar. Todo o memorável da língua funciona, na temporalidade do acontecimento do texto, sustentando sua argumentação. Do Locutor ao locutor-mártir vemos um agenciamento que funciona pelo passado histórico que o próprio acontecimento recorta. É na voz de Cristo, na imagem de Cristo, que se identifica um lugar de mártir que permite ao Locutor dizer, sobretudo em um país majoritariamente cristão:

Escolho este meio de estar sempre convosco. (...) Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio, respondo com o perdão.

É a História, pois, que faz sentido no Locutor e lhe permite um lugar social que determina a cisão constitutiva do acontecimento da enunciação, no qual “há uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (Guimarães, 2011, p.24). Digamos, ainda, que, talvez muito singularmente na consistência deste texto em análise, é a história “que sustenta a argumentatividade, como algo próprio da temporalidade do acontecimento. O memorável (um passado) sustenta uma relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto” (Guimarães, 1987, [2007, p. 211]).

Não se trata, contudo, de um gesto consciente de Locutor que escolhe seu lugar social. É, ao contrário, o próprio acontecimento que agencia o Locutor nesse lugar. Da mesma forma, é o próprio acontecimento que impõe o apagamento desse lugar, inclusive para que esse Locutor seja significado em um lugar de dizer. É nesse apagamento que o Locutor, no caso em análise, reitera insistentemente seu lugar como enunciador universal:

Ou seja, um lugar de dizer que se apresenta como não sendo social, como estando *fora* da história, ou melhor, acima dela. Este lugar representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do que se diz sobre o mundo. O enunciador universal é um lugar que

significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso (Guimarães, 2002 [2005, p. 25], grifo do autor).

O que reforça a determinação política da cena enunciativa no texto em questão é, ainda, a configuração do Alocutário. Trata-se de um texto que coordena cenas enunciativas nas quais o Alocutário ora são todos os brasileiros, ora são, mais especificamente, opositores políticos – identificados por “grupos econômicos e financeiros internacionais” e “grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia de trabalho”. Essa divisão do alocutário é, aliás, uma operação argumentativa, pois sustenta a posição do Locutor. Observemos o segundo parágrafo da Carta Testamento:

(1) (A) Sigo o destino que me é imposto. (B) Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. (C) Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. (D) Tive de renunciar. (E) Voltei ao governo nos braços do povo. (F) A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime da garantia do trabalho. (G) A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso. (H) Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. (I) Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onde de agitação se avoluma. (J) A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. (K) Não querem que o trabalhador seja livre.

Chamamos a atenção, primeiramente, para o silêncio constitutivo deste breve parágrafo: a maior parte dos períodos que o estruturam são compostos basicamente por coordenação. Entre esses períodos não há qualquer outro elemento de ligação (conjunção) que se encarregue de estabelecer a diretividade do texto. Contudo, essa diretividade opera. Digamos, primeiro, que o período marcado por (A) é reescriturado por especificação pelos períodos de (B) a (J). Resumidamente, temos uma reescritura que faz “destino” significar, neste texto: liderar e vencer uma revolução; iniciar o trabalho de libertação; instaurar a liberdade social; renunciar; voltar ao governo; sofrer oposição por seus projetos. Não menos importante é percebermos que há uma cisão a partir do período (F), o qual é também reescriturado por especificação nos períodos de (G) a (J): embora tratem de fatos distintos, a atuação do Congresso (G) e a má aceitação da revisão do salário mínimo (F) marcam as formas de

oposição ao governo, explicitam os meios pelos quais se desenvolveu a campanha subterrânea contra o regime da garantia do trabalho.

Para compreender a orientação argumentativa construída no texto, olhemos, primeiramente, os períodos de (B) a (E):

(1a) (B) Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. (C) Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. (D) Tive de renunciar. (E) Voltei ao governo nos braços do povo.

Há, pois, um truncamento entre (C) e (D): enquanto (C) argumenta para o sentido de que [o trabalhador deve ser livre] (r), (D) impõe uma restrição a essa orientação, pois a imposição da renúncia de Vargas (D) orienta para [o trabalhador não deve ser livre] (não r). O período (E), contudo, limita a restrição imposta por (D): a volta de Getúlio ao governo restabelece o argumento dado por (C). Prevalece, pois, de (B) a (E) – mesmo diante do silêncio quanto às adversidades, seja para o governo, seja para a oposição – a orientação r de que [o trabalhador deve ser livre]<sup>8</sup>.

α. [[(B) → r] [(C) → r] [mas [(D) → não r] mas [(E) → r]]] → r

De (F) a (J), porém, prevalecem argumentos para não-r, como podemos observar pelo período e pela representação da orientação argumentativa dados abaixo:

(1b) (F) A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime da garantia do trabalho. (G) A lei dos lucros extraordinários foi detida no Congresso. (H) Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. (I) Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onde de agitação se avoluma. (J) A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero.

β. [[(F) → não r] [(G) → não r] [(H) → não r] [(I) → não r] [(J) → não r]] → não r

A chave, pois, para compreendermos a orientação argumentativa do trecho está na passagem de (E) a (F). Seguramente não é impossível dizer que temos, no silêncio político do texto, uma construção como:

(1c) (E) Voltei ao governo nos braço do povo. *Contudo*, (F) A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime da garantia do trabalho.

É essa breve passagem que permite ao Locutor, no acontecimento, argumentar pela liberdade do trabalhador ao mesmo tempo em que dá ao texto uma orientação argumentativa de que [o trabalhador não é livre] em “Não querem que o trabalhador seja livre” (K). Essa oposição entre a orientação argumentativa e argumentação é singularmente forte para um Locutor tomado por uma posição política da história.

Considerando as análises da direção argumentativa presentes em  $\alpha$  e  $\beta$ , teríamos uma argumentação que poderia ser assim representada em  $\gamma$ :

$$\begin{array}{l} \gamma. \quad \alpha. \text{ [[(B) } \rightarrow \text{ r] [(C) } \rightarrow \text{ r] [mas [(D) } \rightarrow \text{ não r] mas [(E) } \rightarrow \text{ r]] } \rightarrow \text{ r} \\ \quad \quad \quad \text{NT} \\ \quad \quad \quad \beta. \text{ [[(F) } \rightarrow \text{ não r] [(G) } \rightarrow \text{ não r] [(H) } \rightarrow \text{ não r] [(I) } \rightarrow \text{ não r] [(J) } \rightarrow \text{ não r]] } \rightarrow \text{ não r} \\ \quad \quad \quad \quad \quad \quad \downarrow \\ \quad \quad \quad \quad \quad \quad \text{não r = (K)} \end{array}$$

Sucintamente,  $\gamma^9$  permite-nos chegar à seguinte construção parafrásica referente a todo o período (1):

(1d) (A) Sigo o destino que me é imposto *porque* (K) Não querem que o trabalhador seja livre.

Ao analisarmos a parafrase (1d) acima e compará-la com nossa análise em  $\gamma$ , percebemos que o enunciado (K) atribui sentido a enunciado (A), reescriturado por substituição num procedimento de sinonímia. O enunciado (K) aparece, então, como enunciado que nos apresenta a conclusão, mas de uma forma bastante peculiar: a conclusão que constitui (K) é também parte do sentido do destino do enunciador: a restrição à liberdade do trabalhador é posta, em (K), como fato que sustenta o enunciado (A) e, nessa medida, permite, a um só tempo, observar o agenciamento do enunciador enquanto mártir e sustentar o gesto empírico (e político) do Locutor de (A). Entre (A) e (K) é (A) a conclusão final de todo o parágrafo analisado em (1), o que nos permite mostrar como a reescrituração é também um procedimento argumentativo, pois reforça, especifica, define, enumera, desenvolve ou totaliza um argumento único, sempre o apresentando como novo.

Sumariamente, o parágrafo analisado em (1) permite-nos observar como, no texto em análise, a argumentação está longe de se apresentar

como qualquer evidência: argumento e conclusão são um só, apenas entrecortados por reescrituras que produzem uma circularidade argumentativa. Toda a representação de  $\gamma$  resume-se, a partir de (1d), em  $\gamma'$ :

$$\gamma'. [[(K) \rightarrow \text{não } r] \rightarrow (A)]$$

Com base em (1d) e analisando mais detidamente o enunciado (K), perguntamo-nos, afinal, a quem o verbo “querer” se refere. Mais um silêncio que funciona a propósito da argumentação do texto. Vejamos, pois, que duas leituras são possíveis:

(1d') (A) Sigo o destino que me é imposto *porque eles* (K) Não querem que o trabalhador seja livre.

Temos, neste caso, uma cena enunciativa em que o alocutário é tomado por uma posição genérica de “brasileiro”. Dessa forma, essa primeira cena poderia ser esquematizada por:

$$L - E_{\text{uni}} - \text{l-mártir} \leftrightarrow \text{al-brasileiro} - \text{AL}^{10}$$

Assim, o texto se dirige ao povo brasileiro sustentando uma oposição entre o locutor-mártir e “grupos internacionais [aliados a] grupos nacionais revoltados contra o regime da garantia do trabalho” (de (F)). Como há grupos nacionais envolvidos na oposição ao governo, é a partir deles que se constitui a segunda cena enunciativa:

(1d'') (A) Sigo o destino que me é imposto *porque vocês* (K) Não querem que o trabalhador seja livre.

A segunda cena que vemos então constituída é:

$$L - E_{\text{uni}} - \text{l-mártir} \leftrightarrow \text{al-opositor} - \text{AL}^{11}$$

Embora tenhamos ilustrado apenas brevemente essa coexistência de cenas enunciativas, ela perpassa todo o texto: “Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação...”; “Não querem que o povo seja independente”; “E, aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória”. Ao longo de todo o texto, o que podemos depreender são, sempre, duas cenas enunciativas, marcadas ora por um alocutário bastante genérico, ora por um grupo específico deste que, porque aliado a grupos internacionais, é a oposição à “liberdade nacional” (em (I)) – o que faz terreno, na materialidade da língua, à história do nacionalis-



mo que marcou o período de Vargas. Trata-se, pois, de um Alocutário cindido por um estreitamento de seu lugar social: entre o brasileiro e o “brasileiro”-opositor, num jogo de sentidos em que, por ser oposição, o segundo alocutário apenas pode ser considerado enquantopositor e silenciado enquanto “brasileiro”.

Embora curto, o texto argumenta sempre por essa cisão do alocutário. É essa cisão que aparece, no acontecimento, enquanto silêncio e polifonia: ao apresentar a conclusão do parágrafo analisado, não é senão a voz do opositor – a quem caberia a afirmação de que “o povo não deve ser livre” –, fração quase indistinta da voz genérica do “brasileiro”, que constitui a voz do Locutor.

Diante dessa diferença de foco, importa-nos enfatizar, sobretudo, como a cisão da cena enunciativa tem efeito, no acontecimento, para o próprio agenciamento do Locutor: à medida que é o Alocutário que aparece cindido entre as cenas, o lugar social do locutor enquanto mártir é ratificado. É, pois, por sua indistinção no tratamento com Alocutários separados no acontecimento que o Locutor pode ser tomado por sua ilusão de origem, de unidade, de integridade e, assim, ser agenciado como locutor-mártir para dizer, indistintamente, aos brasileiros: “Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta”.

## 1.2 Designação e argumentação: o que “povo” designa

De modo não menos importante, é a palavra “povo”, incisivamente presente no texto, que nos interessa também observar. É essa palavra, pois, pelos sentidos que tem no texto, que pode nos permitir compreender ainda melhor o funcionamento do acontecimento de linguagem e os efeitos desse quando associado a um evento da História.

Lançamos mão, então, de um procedimento semântico que permite compreender, pela observação das relações transversais que são construídas na temporalidade do acontecimento, o que “povo” significa. A partir da observação das reescrituras de “povo” – ou seja, dos modos pelos quais “povo” aparece insistentemente dito “de novo” com sentidos outros – procuraremos compor o Domínio Semântico de Determinação (DSD)<sup>12</sup>.

Construir o DSD da palavra “povo” é dizer o sentido dessa palavra pelas relações que ela estabelece com outras no texto em análise. São essas relações entre palavras (ou entre palavra e expressões) que, à medida que se estabelecem, fazem com que as palavras determinem umas às outras, signifiquem-se, produzam sentido: “as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Ou seja, são relações que se constituem pelo modo como se relacionam com outra no texto...” (Guimarães, 2007, p.80).

Observemos aqui, de partida, o primeiro enunciado do texto em questão:

(2) Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

“Povo” aparece em (2) determinado, enunciativamente, por Getúlio. Para melhor observarmos essa determinação, observemos paráfrases possíveis de (2):

(2a) Há forças e interesses contra o povo.

(2b) Essas forças e esses interesses agem contra mim.

(2a) e (2b), no limite, explicitam o paralelismo possível entre “Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se” e “novamente se desencadeiam sobre mim” de (2). Notemos, pois, que o “e” do enunciado (2) explicita uma coordenação. Nessa relação coordenativa, “mais uma vez” da primeira oração é reescrito por “novamente” da segunda; “as forças e os interesses” da primeira oração, na mesma medida, é reescrita por elipse, na segunda, em “[as forças e os interesses] desencadeiam”. O que podemos, pois, entender, por (2a) e (2b) e pelo paralelismo observado na formulação de (2) é uma relação tal que Getúlio ┆ Povo<sup>13</sup>.

Como nosso interesse não é uma análise exaustiva, procederemos a recortes decisivos para o quadro que pretendemos compor. Assim, passemos à seqüência (3) abaixo, também integrada ao texto.

(3) Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia de trabalho.

O que observamos em (3) é uma relação de causa-conseqüência elidida na associação entre o primeiro e o segundo enunciado. Notamos uma construção em que o primeiro enunciado, “Voltei ao governo nos braços do povo” provoca “A campanha subterrânea (...) contra o regime de garantia de trabalho”. Sucintamente, o que temos é:

(3a) Eu [Getúlio] voltei ao governo por decisão do povo.

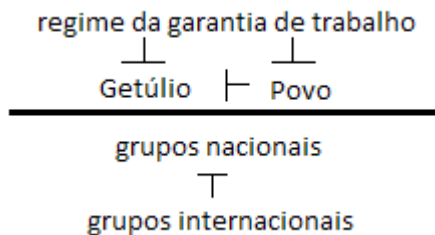
(3b) *Por causa da minha volta*, grupos internacionais aliaram-se a grupos nacionais revoltados contra o regime da garantia de trabalho.

O que percebemos, pois, é uma relação em que há uma oposição entre Getúlio (determinado previamente por povo) e “grupos nacio-

nais revoltados contra o regime da garantia de trabalho”. Nessa medida, “grupos nacionais revoltados contra o regime da garantia de trabalho” opõem-se, também, a povo. Contudo, essa oposição instaura outro sentido, estabelecido especificamente por “contra”. Observemos (3c):

(3c) Minha volta ao governo provocou grupos nacionais revoltados contra mim [contra o povo].

O DSD que obtemos até então, a partir das relações depreendidas também de (3), poderia ser esquematizado em:



O que podemos observar seguramente no DSD acima é o caráter político do cenário brasileiro significado por Vargas. Seu regime populista só poderia se sustentar à medida que seu nome não está a par com “grupos nacionais” – porque aliados a “grupos internacionais” –, mas determinando “povo”. Pensando ainda a argumentação no texto, esse DSD permite-nos dizer que, pela relação de antonímia frente a Getúlio e povo, os grupos nacionais constituem-se como um argumento preterido; trata-se, afinal, de um argumento que sustenta a liderança perante o povo. Mais ainda: o estatuto do agenciamento do Locutor tal como vimos acima é ratificado por essa oposição criada pelo acontecimento.

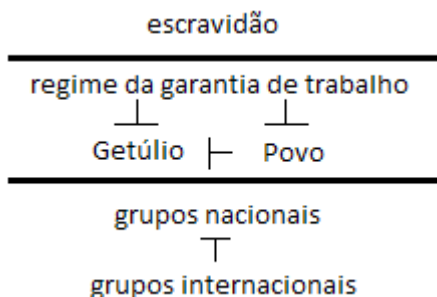
Mas o sentido deste DSD ainda não se esgota: à medida que Getúlio é determinado por “regime da garantia de trabalho”, é a inserção massiva do Brasil no modo de produção capitalista que é significada historicamente como efeito de política de governo. De outro lado, à medida que “regime de garantia de trabalho” determina também “povo”, é a impossibilidade de um regime capitalista sem uma força produtiva que está significada. Determinação em mão dupla que, se não apaga a oposição e parece contraditória, mostra como a palavra é afetada pelo Político, que “está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui” (Guimarães, 2002 [2005, p. 16]).

Inclusive para mostrar a força da história, da condição social, no acontecimento de linguagem e, portanto, também do sentido, observe-

mos como a sequência (4) nos oferece dados interessantes para nossa análise.

Era escravo de povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém.

Observemos, antes, nosso novo DSD, para melhor ilustrarmos nossa interpretação:



A escravidão, que determinaria – por antonímia – povo, determina, antes, Getúlio: condição fundamental para que este se diga, antes, “representante” do povo. Mas, ao mesmo tempo, essa escravidão aparece para determinar o papel de Getúlio e do povo, determinado também por sua força de trabalho. É assim que o sistema argumenta no acontecimento: Getúlio e povo estão numa oposição a “grupos nacionais”, porque determinados por “grupos internacionais”; mas, ao mesmo tempo, Getúlio, povo e os próprios grupos nacionais estão em oposição à escravidão. É a própria História, pois, que está sendo reescrita no texto. Para melhor recompor essa História e o DSD, vejamos como nossa análise se reforça pela presença de (5) e (6).

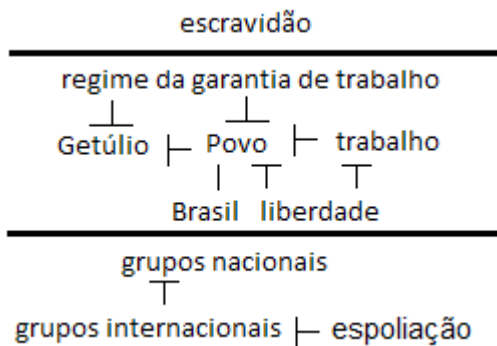
- (5) Não querem que o trabalhador seja livre.
- (6) Não querem que o povo seja independente.

Novamente um paralelismo que faz povo significar enquanto sujeito ao trabalho. Paralelismo que, aliás, faz funcionar também o nacionalismo:

- (7) Lutei contra a espoliação do Brasil.
- (8) Lutei contra a espoliação do povo.

Brasil que só pode ser nação por seu povo. Povo que só pode ser identificado por sua nação. Brasil e povo que, contudo, só coincidem

por um *eu* que se confia origem não só do dizer, mas também dessa própria determinação histórica entre povo e Brasil. Observemos nosso DSD:



Incluímos, então, “trabalho”, ainda mais incisivamente determinando “povo”, e Brasil, como resultado dos paralelismos de (5) e (6) e de (7) e (8). Dizer que trabalho determina “povo” ao mesmo tempo em que “regime da garantia de trabalho” é dizer o papel político do governo, então representado por Getúlio, o qual é a diferença porque é a “garantia”. Mais fortemente: dizer que liberdade determina “povo” e trabalho (decorrência dos enunciados (5) e (6)) é dizer, também, que a submissão ao sistema é condição para a liberdade nesse sistema.

Uma observação ainda mais detida de nosso DSD acima permite ver que incluímos, também, “espoliação”. A sequência (7), em sua relação com (3) – particularmente com “A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia de trabalho” –, ao ressaltar a imagem de nação, recompõe a oposição ao não nacional, ao estrangeiro, aos “grupos internacionais”: são esses grupos, afinal, que aparecem em (3) representando a oposição, o “contra” o povo, “contra” Getúlio, contra o “Brasil”. É o memorável que (7) recorta do acontecimento que enfatiza o sentido de “grupos internacionais”: lutar contra a espoliação do Brasil é lutar contra esses grupos. É só à medida que aparece explicitamente “Brasil” que “grupos internacionais” encontram uma projeção de sentido que, marcada pela oposição, indicia outra presença da história no texto: o movimento nacionalista. O “povo” só pode ser brasileiro porque identificado como não internacional; ao mesmo tempo, “grupos nacionais” estão em oposição a “povo” porque estão determinados por “grupos internacionais”.

Há ainda outros sentidos de “povo” no texto em questão, mas nosso interesse, reafirmamos, não é uma análise exaustiva. Fizemos recortes

específicos que julgamos decisivos para ilustrar o procedimento semântico de que lançamos mão e sua contribuição para uma análise de texto. Embora tenhamos reservado ainda algumas considerações finais, esperamos, de antemão, que a análise do texto escolhido tenha mostrado como a reinclusão da História nos estudos linguísticos é produtiva para a compreensão da linguagem e, nessa medida, também da própria História do Brasil.

## Conclusão

Fizemos um percurso de análise de texto a partir da Semântica do Acontecimento e esperamos, a partir dele, ter ilustrado brevemente as relações que a linguística estabelece com outros domínios sem, contudo, perder sua especificidade. Nosso trabalho de análise de *A Carta Testamento de Getúlio Vargas*, nesse sentido, é uma tentativa, de um lado, de ilustrar como, na prática de análise da linguagem, as relações com a história ficam recompostas; de outro lado, porém, é também um empreendimento que busca chamar a atenção para a relevância da análise linguística para uma nova compreensão da História ou, para o caso analisado, da história política do Brasil.

Sobre esta história, afinal, importa observar que o agenciamento de Getúlio enquanto mártir é (e)feito na própria língua. É, pois, à medida que fala de um lugar aberto por um precedente histórico, o lugar de Cristo, que Getúlio pode silenciar sobre o gesto que acompanharia seu testamento: deste lugar de mártir que empresta a história cristã, dar a vida não é suicídio, é dar um passo num caminho já conhecido, talvez já predestinado. Silenciar essa *causa mortis* faz sentido pelo agenciamento do Locutor: trata-se, pois, de um silêncio que argumenta, que sustenta o Locutor perante seus Alocutários.

Ao mesmo tempo, finalmente, falar ao povo, deste lugar histórico de mártir, reitera outra posição que, aliás, constitui o sujeito Getúlio: a posição política. À medida que elenca as vitórias e os entraves de sua vida política, seu texto compõe o cenário eleitoral no qual sua relação com o povo lhe credita o voto que a História já lhe reservara. Getúlio, no fundo, se elege para uma eternidade na história de uma nação.

## Notas

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

2 Mestrando em Linguística – IEL/UNICAMP

3 Ver, sobretudo, Guimarães (2002, 2011).

4 Para melhor compreender nossa posição sobre a relação entre História e sentido, ver, sobretudo, Henry (1984).

5 Utilizamos aqui a noção de “recorte” tal como proposta por Orlandi (1984).

6 “Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas determinadas pelas línguas que falam”. (Guimarães, 2002 [2005, p.18]).

7 Para ver a distinção entre enunciador universal, genérico e coletivo, ver Guimarães (2005, p.23-26; 2011, p.19-29).

8 Os símbolos — e r indicam, respectivamente, a direção argumentativa apresentada pelo argumento (apresentado entre parênteses, com letras que representam enunciados). Os colchetes encerram a relação proposta por cada argumento ou grupo de argumentos e suas respectivas conclusões.

9 A indicação NT, no esquema, indica que há, entre  $\alpha$  e  $\beta$ , uma relação adversativa, tal como frequentemente estabelecida por operadores como “mas”, “embora” ou “no entanto”, por exemplo. Como demonstrado por Guimarães [1997 (2007)], sequências marcadas por essa relação frequentemente predominam enquanto argumento. No caso em análise, teríamos uma situação em que a sequência  $\alpha$  é apresentada como comentário, contrapondo-se a  $\beta$ , apresentado como tema.

10 Usamos aqui L, E<sub>ind</sub>, I-mártir, al-brasileiro e AL como indicação de Locutor, Enunciador individual, locutor mártir (lugar social do locutor), alocutário brasileiros (lugar social dos alocutários) e Alocutário, respectivamente. Manteremos o uso de algumas dessas abreviações no trabalho com outras cenas enunciativas.

11 Tal como al-brasileiro, al-opositor indica o locutor social do alocutário.

12 No quadro teórico da semântica do acontecimento, o Domínio Semântico de Determinação (DSD) permite representar, gráfica e sumariamente, o sentido de uma palavra. Sobre o DSD, ver Guimarães (2007, pp.77-96).

13 Utilizamos aqui:  $x \dashv y$ , em que  $\dashv$  significa determina; da mesma forma, podem aparecer os sinais — (significando sinonímia) e \_\_\_\_\_ (significando antonímia).

## Referências Bibliográficas

- BENVENISTE, E. (1966). *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, E. (1974). *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRASIL (2009). *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FUNAG, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Rio de Janeiro: 34, 2011.
- DUCROT, O. (1984). *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. (1987). *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. (1989). “Enunciação e História”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: RG, 2008.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Os Limites do Sentido*. Campinas: RG, 2010.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. (2006). “Semântica e Pragmática”. In: \_\_\_\_\_. e ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem: A Palavra e a Frase*. Campinas: Pontes, 2010.

- \_\_\_\_\_. (2007). “Domínio Semântico de Determinação”. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). *A Palavra. Forma e Sentido*. Campinas: Pontes/RG, 2007.
- \_\_\_\_\_. (2009). “A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 51, p.49-68, Jan./Jun., 2009.
- \_\_\_\_\_. (2011) *Análise de Texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: RG, 2011.
- HENRY, P. (1992). *A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- HENRY, P. (1984). “A história não existe?” In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- ORLANDI, E. P. (1984). “Segmentar ou recortar”. In: *Linguística: Questões e Controvérsias*, Uberaba, n. 10, p. 9-27, 1984.
- RANCIÈRE, J. (1992). *Os Nomes da História*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.
- SAUSSURE, F. (1916). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- VARGAS, G. D. (1954). “A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954”. In: BRASIL (2009). *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FUNAG, 2010.
- VEYNE, P. (1976). *O inventário das diferenças*. História e Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

**Palavras-chave:** história, argumentação, determinação

**Key-words:** history, argumentation, determination